

Estados limitam-se a rolar débitos

por Pedro Rubio
de Salvador

Estados e municípios vêm se limitando a rolar o principal de sua dívida mobiliária até o limite de 90% do valor dos vencimentos, e resgatando o restante, cumprindo ainda a legislação que proibiu novas emissões.

O secretário de Fazenda da Bahia, Rodolpho Tourinho Neto, informou que o Estado tem pago de 15 a 17% dos títulos antigos a cada vencimento. "Estamos resgatando nesse percentual e rolando o restante dos títulos", disse.

Segundo Tourinho Neto, a dívida mobiliária dos principais estados brasileiros não tem crescido, já que desde abril de 1991 esses estados não fizeram nenhuma nova emissão.

"Os estados têm pago uma sobretaxa pelos títulos estaduais em cima dos preços dos papéis federais, em alguns casos até acima de 5% de 'spread'. Essa é uma das razões de os estados quererem a rolagem o mais rápido possível. Em última análise estão se transferindo recursos do setor público para o setor privado, beneficiando os grandes bancos", afirmou

o secretário da Fazenda da Bahia. A dívida mobiliária da Bahia é de US\$ 220 milhões, informou, acrescentando que uma parcela desses títulos deverá ser trocada em curto espaço de tempo por papéis federais, o que reduzirá o gasto do estado.

RIO

O município do Rio de Janeiro emitiu, em fevereiro último, títulos no valor correspondente a US\$ 175 milhões, registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (Cetip). Esses títulos estão em carteira, aguardando a definição dos projetos de grande porte que exigirão novos investimentos.

A Secretaria de Fazenda do município informou à editora Cristina Borges que a dívida que vem sendo refinanciada, equivalente a US\$ 298 milhões, dos quais US\$ 135 milhões estão em carteira, em títulos através do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), encontra-se pulverizada no sistema financeiro.

A dívida total da cidade do Rio de Janeiro monta em US\$ 800 milhões, sendo que a dívida líquida resulta em US\$ 500 milhões, diante da posse dos títulos em car-

teira. O serviço da dívida custa 4% ao ano e os títulos emitidos, através do Selic, tem como indexador a LFT, com prazo de vencimento de quatro anos, a todo dia 15, até outubro próximo.

Os novos títulos emitidos no início deste ano e ainda não ofertados ao mercado têm um prazo médio de vencimento de dois anos. Por contar com esse instrumento para se financiar, quando for necessário, o município do Rio de Janeiro não se ressentiu com a proibição de novas emissões de estados e municípios, quando da aprovação, pelo Congresso Nacional, da lei que instituiu o Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF), informou a Secretaria da Fazenda.

CURITIBA

O volume da dívida mobiliária do Paraná é de US\$ 131 milhões, incluindo a emissão de títulos realizada em maio último, que totalizou US\$ 14 milhões e permitiu a rolagem de 88% do total com vencimento previsto para este ano.

A Secretaria Estadual da Fazenda não tem novas programações de emissão de títulos públicos para este ano. De acordo com le-

vantamento fornecido pela assessoria de comunicação social da secretaria ao repórter Hudson José, o Paraná está dentro do seu limite de cotas de títulos da dívida pública e deverá encerrar o seu saldo através de pagamentos anuais até o final de 1996.

CRÉDITO DO BID À BAHIA

O secretário da Fazenda da Bahia voltou de sua recente visita à Washington com a garantia de um empréstimo de US\$ 147 milhões pelo BID para obras rodoviárias no oeste baiano. A Bahia dará uma contrapartida no mesmo valor. "Está tudo resolvido após participarmos da rodada final que estabeleceu as últimas cláusulas contratuais. Estamos fazendo a minuta do contrato que deverá ser assinado no final deste mês nos Estados Unidos pelo governador Antônio Carlos Magalhães", informou Tourinho Neto.